

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

Operación 30 Horas: el Uruguay y las fronteras ideológicas de la dictadura brasileña.

Padros Serra, Enrique (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Cita:

Padros Serra, Enrique (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). (2007). *Operación 30 Horas: el Uruguay y las fronteras ideológicas de la dictadura brasileña. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/1021>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

XIº JORNADAS INTERESCUELAS / DEPARTAMENTOS DE HISTORIA

Tucumán, 19 al 22 de Septiembre de 2007-03-30

Título:

Operación 30 Horas: el Uruguay y las fronteras ideológicas de la dictadura brasileña

Mesa Temática Abierta: 114 – Estructuras, sujetos y procesos en América Latina Contemporánea**Universidad, Facultad y Dependencia:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/Departamento de História**Autor:** PADRÓS, Enrique Serra. Profesor Adjunto.**Dirección:** Rua Francisco Ferrer 290/01 – Porto Alegre/Rio Grande do Sul (Brasil) - Código Postal: 90420-140**Telefono:** 33309534**Correo Electrónico:** lola@adufgrs.ufrgs.br**OPERAÇÃO 30 HORAS: O URUGUAI E AS FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS DA DITADURA BRASILEIRA**

Enrique Serra Padrós*

INTRODUÇÃO

Operação 30 Horas foi o nome dado a uma ação de intervenção militar planejada pelas forças armadas brasileiras contra o Uruguai. A mesma devia ser implementada em caso de vitória eleitoral da Frente Ampla no pleito presidencial de 1971. Tal ação se relaciona com a evolução dos acontecimentos internos uruguaios (particularmente o surgimento de dois grandes desafios para os setores conservadores, a fundação e crescimento da coalizão de centro-esquerda e, por outro lado, o incremento da atividade guerrilheira do Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros). Inserido no quadro de consolidação de um crescente autoritarismo durante o governo Pacheco Areco, a Operação 30 Horas está no centro da projeção regional de influência da ditadura brasileira durante a administração Médici. Há de se considerar, igualmente, a avaliação feita por diferentes atores uruguaios contemporâneos dos fatos, a postura da ditadura argentina e suas negociações com o Brasil a esse respeito e, por último, a postura e o papel protagônico dos Estado Unidos diante de tais acontecimentos, verificado através dos documentos desclassificados pelo Departamento de Estado.

* Professor de Historia Contemporânea. Departamento de História/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi o corpo de idéias da onde partiram boa parte dos fundamentos que deram suporte ideológico e doutrinário aos regimes civil-militares da região e que alavancou o protagonismo político das Forças Armadas no radicalizado cenário latino-americano dos anos 60. Refletindo a lógica bipolar da Guerra Fria e as novas estratégias de dominação dos EUA sobre a América Latina, a DSN disseminou-se através das Academias e Escolas de Guerra, formando quadros especializados a partir de uma série de preceitos básicos: a lógica da bipolaridade, a delimitação de zonas de influência por parte das superpotências; a satanização do inimigo (externo e interno); a interpretação de que Estado e Nação são organismos vivos passíveis de contaminação pelo vírus comunista (o que, por sua vez justificou um virulento anticomunismo). A desagregação do mundo colonial e a fermentação revolucionária conseqüente, de cunho comunista, deram aos EUA a percepção da vulnerabilidade do capitalismo diante da persistência das suas contradições. Em função disso, seus ideólogos aproximaram a necessidade de segurança com a doutrina de contra-revolução (contra-insurgência). O padre Josep Comblin, no seu estudo clássico, *A Ideologia da Segurança Nacional*, afirma que, no momento em que os EUA assumiram a defesa do mundo ocidental, impuseram uma particular divisão internacional do trabalho, onde coube à superpotência a sustentação da dissuasão nuclear enquanto que, aos países aliados da periferia (“satélites”, nas palavras de Comblin), restou (com ajuda estadunidense) lutar contra a guerra revolucionária dentro de suas fronteiras.¹

Na “teoria dos dois mundos inimigos” (mundo comunista bárbaro versus mundo livre ocidental e capitalista), fundamentação maior da bipolaridade planetária, a DSN identificou a América Latina como parte integrante do segundo. A detecção da presença da “peste” comunista no tecido social da região justificou a idéia de guerra interna e total.²

¹ COMBLIN, Padre Joseph. **A Ideología da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

² “La realidad contemporánea indica que el marxismo no es únicamente una doctrina intrínsecamente perversa. Es además una agresión permanente, hoy al servicio del imperialismo soviético [...]. Esta moderna forma de agresión permanente da lugar a una guerra no convencional, en la que la invasión territorial es reemplazada por el intento de controlar los Estados desde adentro. Para ello el comunismo utiliza dos tácticas simultáneas. Por una parte, infiltra los núcleos vitales de las sociedades libres, tales como los centros universitarios e intelectuales, los medios de comunicación social, los sindicatos laborales, los organismos

Todos os recursos disponíveis foram canalizados para tal fim: a destruição do inimigo invisível que apodrecia o organismo estatal, criava o pânico junto à população e lembrava que a infecção não era externa à nação, mas estava dentro dela. O discurso contra o “inimigo interno”, oculto e com grande potencial subversivo, amalgamou setores abastados, ainda não comprometidos com as ditaduras, assim como de boa parte dos setores médios. O uso que as forças da nova ordem fizeram de tal ameaça variou de acordo com as necessidades conjunturais. Enquanto conceito, o “inimigo interno” é suficientemente flexível como para incluir, permanentemente, novos grupos-alvo. É uma espécie de “guarda-chuva” que pode mover-se em determinada direção projetando desconfiança e potencial repressão sobre atores que expressam novos focos de questionamento do status quo existente. Eles podem ser guerrilheiros, comunistas, políticos populistas, sindicalistas, estudantes, etc. De qualquer forma, a sua identificação cumpre uma função altamente utilitarista, como se constata em outros momentos da história. Para as ditaduras de Segurança Nacional, a identificação de um “inimigo interno” circunstancial possibilita manter a coesão daqueles que se sentem ameaçados diante do avanço de projetos radicais e justifica uma permanente situação de militarização e repressão sobre a sociedade. Complementarmente, sua presença é explorada pelas autoridades como justificativa para explicar os fracassos das políticas governamentais, prejudicadas pela necessidade de combater a subversão, o que redundava numa situação de exceção que restringe as liberdades e os direitos individuais e sociais.

A militarização do Estado foi apresentada como única forma de resistir a um “império do mal” crescente na Ásia e na África e ameaçador na América. O Estado foi visto como instrumento fundamental para enfrentar a guerra interna e total contra a subversão, ampliando a sua ação e controle sobre o conjunto da sociedade como metodologia para obter melhor eficiência. O combate ao “mal maior” explicava muitas coisas. As críticas feitas pela oposição às novas orientações foram vistas como antipatrióticas e atentavam contra os “interesses gerais da nação”. Sua eliminação justificava a prática repressiva e o amordaçamento do movimento popular. Logo, um

internacionales, y, como incluso lo hemos visto, los propios sectores eclesiásticos. Por otro lado, promueve el desorden en todas sus formas [...]”. Discurso do general Pinochet no terceiro aniversário da derrubada do governo da Unidade Popular, em 11 de setembro de 1976. Apud REVELLO; PORRINI; SCHOL, op. cit., p. 23.

Estado forte, autoritário, estável e militarizado era considerado o melhor antídoto contra o inimigo à espreita.

A segurança interna da América Latina, dessa forma, foi vinculada à segurança continental dos EUA. Diante da subversão, implementaram-se ações de contra-insurgência (militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e de ação cívica). Essas ações constituíram a guerra contra-revolucionária iniciada nos anos 60, emoldurada pela DSN e implementada no Cone Sul através de políticas de terror de Estado.

Um aspecto importante da DSN foi o reconhecimento de que as fronteiras políticas deviam ser subordinadas às denominadas “fronteiras ideológicas”, demarcadas pela defesa do “mundo livre”. Ou seja, diante da urgência do desafio, o anticomunismo militante da DSN exigia estabelecer outros parâmetros para garantir sucesso na guerra contra-insurgente. A contraposição entre “mundo livre” e o “mundo comunista” foi uma leitura maniqueísta da Guerra Fria e uma sensível tentativa de diluir os efeitos resultantes do deságüe das contradições interimperialistas e intra-imperialistas sobre as sociedades periféricas.³ Da mesma forma, ocorreu, no interior de cada país, a tentativa de imposição de uma percepção de sociedade homogênea (em termos econômicos e sócio-políticos) galvanizando uma mítica comunidade nacional e míticos objetivos nacionais em detrimento de uma história de agudos conflitos de classe. Assim, a defesa do “mundo livre”, elemento basilar da DSN, pareceu, para grande parte dos latino-americanos, uma ficção ou uma realidade onde não se reconheciam como pertencentes.

A existência de dissidências que deviam ser enfrentadas no interior dessa comunidade nacional exigiu a imposição da noção de fronteira ideológica. Isso implicava no apoio direto dos EUA aos governos vulneráveis, desconsiderando as fronteiras políticas; por cima e acima destas, estavam as exigências de proteção das fronteiras ideológicas, marcos fundamentais da geografia do “mundo livre”. A guerra contra-insurgente não foi proposta como uma guerra tradicional, no sentido da estratégia e dos protagonistas. Considerando que o inimigo podia agir em qualquer espaço da sociedade e utilizando qualquer mecanismo ofensivo, o conflito não ficava restrito à dimensão militar. Através da razão de Estado, os mecanismos repressivos da DSN identificavam e qualificavam os

³ ACOSTA SANCHEZ, José. **El imperialismo capitalista. Concepto, períodos y mecanismos de funcionamiento.** Barcelona: Editorial Blume, s. d. p. 14.

indivíduos, em relação a sua atitude deliberada de pertinência ou de rejeição ao “mundo livre”, como “amigos” (patriotas) ou “inimigos” (traidores). No caso destes, deixavam de ser “pessoas de bem” e viraram “maus uruguaiois”, “maus brasileiros”, etc., pois, ao aderirem às teses subversivas, simultaneamente, segundo a DSN, estavam rejeitando os valores e princípios profundos da comunidade nacional, colocando-se, portanto, do outro lado da fronteira ideológica, embora permanecessem dentro das mesmas fronteiras políticas, o que, combinado com uma metodologia de ação clandestina, os tornava muito mais perigosos.

As idéias do campo considerado inimigo foram adjetivadas, pelos defensores da ordem autoritária, como estranhas e contrárias à comunidade nacional; sua mera presença no interior do país era o registro da contaminadora e avassaladora intromissão dessa ameaça abstrata chamada comunismo internacional. A constatação da sua existência justificava a implementação de medidas duras no plano militar e o “esclarecimento da opinião pública” mediante mecanismos de cooptação e de censura à imprensa, intervenção na rede de ensino, nos movimentos sociais, etc.

Por outro lado, subentendia-se que se o “inimigo interno” conseguisse abandonar o país (exílio, banimento, asilo), a luta contra ele não havia concluído. Isto significa dizer que, mesmo estando em território estrangeiro, continuava sendo “inimigo interno” no país de origem e, como tal, devia ser tratado. Este é o trágico sentido daquilo que ficou conhecido como conexão repressiva internacional e que, em certo momento, adquiriu a proporção da temível Operação Condor. Em última instância, as fronteiras políticas não impediram a ação repressiva (geralmente com a participação das forças de segurança do país hospedeiro), pois sobre elas se projetava uma lógica mais ampla, a da primazia das fronteiras ideológicas segundo os postulados da DSN.

O CONTEXTO URUGUAIO E O FATOR BRASIL

O processo autoritário que atingiu o Cone Sul, entre os anos 60 e 80, também se impôs no Uruguai. A espiral autoritária iniciou no final de 1967 com a substituição, por falecimento, do presidente Oscar Gestido, pelo seu vice, Jorge Pacheco Areco. Como pano

de fundo, uma profunda crise interna que se arrastava desde o fim da Guerra da Coréia levou à perda de mercados da carne e da lã uruguaia gerando, conseqüentemente, desemprego, pauperização social, arrocho salarial, deterioração dos serviços estatais e violência policial. Tais fatores, combinados com o clima de Guerra Fria, o impacto da Revolução Cubana e a imposição de ditaduras no Brasil (1964) e na Argentina (1966) radicalizaram os movimentos sociais e parte da esquerda partidária, além de servirem de marco para o surgimento da organização guerrilheira tupamara.

Diante dessa crise o governo aplicou medidas sociais e econômicas impopulares e recorreu a leis de exceção (*Medidas Prontas de Seguridad*) impondo, na prática, um estado de sítio quase permanente. Censura, repressão e militarização de empresas públicas, bancos e fábricas passaram a marcar o cotidiano do Uruguai. A morte de estudantes e trabalhadores nas mãos de unidades policiais e paramilitares acompanhou a intensificação e refinamento do uso da tortura a partir da colaboração de especialistas como o agente estadunidense Dan Mitrión.

O governo e as forças que representava, viram-se ameaçados, em fevereiro de 1971, com o surgimento da Frente Ampla, coalizão de esquerda integrada por comunistas, socialistas e democrata-cristãos, entre outros, e que postulava concorrer às eleições nacionais do final daquele ano. Seu programa socialista e a candidatura do general (retirado) Líber Seregni, contaram com adesão militante dos movimentos sociais, da central sindical e de influentes intelectuais.

Semanas antes da eleição, começaram a circular rumores sobre movimentação de tropas brasileiras na fronteira comum, os que foi associado à possibilidade de invasão em caso de vitória da Frente Ampla. Tal movimentação, conhecida em certos círculos militares do Brasil e da Argentina, correspondia à Operação Trinta Horas, assim chamada pela estimativa de tempo necessário, segundo estrategistas militares, para subjugar Montevideú e controlar o Uruguai. Desde agosto de 1971 a administração Nixon vinha verificando, através das suas embaixadas, a posição de Brasília e Buenos Aires diante de uma hipotética vitória eleitoral da esquerda uruguaia; indagava, também, sobre a existência de um plano brasileiro de intervenção e até onde este poderia contar com o apoio argentino.

Paulo Schilling, exilado no Uruguai desde a queda de Jango apontava, na época, que a ditadura brasileira há tempo cogitava a intervenção temendo que a convulsão social e política do país platino, pudesse propagar-se pela região.⁴ O próprio Comandante do III Exército, general Justino Alves Bastos, enquanto desmentia o deslocamento de tropas sobre a fronteira comum, reconhecia que a mesma era sistematicamente vigiada.⁵ Em realidade, o Uruguai era motivo de preocupação brasileira desde o momento em que João Goulart (Jango) fora derrubado do poder em 1964.

O EXÍLIO BRASILEIRO NO URUGUAI

A fronteira Uruguai-Rio Grande do Sul (Brasil) se constituiu em um cenário peculiar durante os “anos de chumbo” latino-americanos. O golpe de Estado contra Jango motivou a ida para o Uruguai de centenas de brasileiros, inclusive lideranças do porte do próprio ex-presidente, do ex-governador Leonel Brizola ou do almirante Cândido Aragão, o que, inegavelmente, tensionou as relações entre ambos os países. A liberdade de ação, o acesso à imprensa e os contatos políticos que dinamizavam o exílio brasileiro no Uruguai, eram alimentados pelos “pombos-correio” de Brizola. Estes eram homens de confiança que freqüentemente atravessavam a fronteira e conectavam a resistência interna no Brasil com os exilados através de uma rede de rotas de passagens concentradas no Rio Grande do Sul.

O jornalista Flávio Tavares lembra, nas suas memórias, que Montevideú era “a Meca da revolução nacionalista-popular no Brasil”.⁶ O ex-embaixador Pio Corrêa reconheceria, anos depois, que desde 1964 existia no Uruguai um esquema brasileiro de espionagem dos exilados.⁷ A liberdade de ação de Brizola (exilado) no Uruguai e a formação do Movimento Nacionalista Revolucionário foram motivo de constante preocupação para a ditadura brasileira. Fato agravado quando, em 1965, o coronel Jéferson Cardin, em nome daquele movimento, tentou uma revolta no sul do Brasil após entrar pela fronteira uruguaia.

Tal situação provocou pressões da ditadura brasileira, a qual recorreu a mecanismos

⁴ SCHILLING, Paulo. **El Expansionismo Brasileño**. México: El Cid Editor, 1978.

⁵ Bastos apud SCHILLING, idem, p. 25.

⁶ TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. São Paulo: Globo, 1999. p. 176.

⁷ CORRÊA, Manoel Pio. **O mundo em que vivi**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. Vol II. Capítulos L a LII.

diplomáticos, políticos e até econômicos); ela obteve, apesar da resistência de certos setores do sistema político uruguaio, a colaboração do governo e dos seus serviços de inteligência no controle e vigilância da comunidade exilada. Na prática, se estabeleceu um monitoramento que beneficiou as unidades de inteligência brasileira, que atuavam ilegalmente naquele país, diante da cobertura e da informação fornecida pelas autoridades uruguaias.

Com o advento de Pacheco Areco o colaboracionismo se tornou uma prática mais explícita chegando a ponto de “entregar” cidadãos brasileiros exilados, como nos casos do jornalista Jorge de Miranda Jordão⁸ e do professor Wilson Barboza do Nascimento. A imposição do Ato Institucional N° 5, em 1968, endureceu a repressão interna no Brasil e promoveu nova onda de fugas para o Uruguai, o que levou a aumentar a cooperação com suas forças de segurança. Um dos casos mais emblemáticos da nova situação teve como protagonista a Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, quem era vinculado a um grupo dissidente do Partido Comunista Brasileiro.⁹ Gutiérrez, vítima da postura da administração Pacheco Areco que passou a ignorar o estatuto de asilado, conseguiu, junto com Euclides Garcia Paes, tornar público o seqüestro do qual eram vítimas e, com ele, a repressão sofrida pelos exilados.¹⁰

Até este momento, a ditadura brasileira demonstrava interesse pontual no país vizinho em função de ser palco de estadia e trânsito de “subversivos” brasileiros. Ou seja, a presença desses “inimigos internos” da ditadura brasileira no Uruguai incorporava o território deste país, segundo o entendimento de Brasília, como espaço compreendido dentro da abrangência das suas fronteiras ideológicas.

Entretanto, no final da década, essa situação foi mudando. Neutralizada a ação política dos exilados brasileiros no Uruguai, sobretudo a partir da administração de Pacheco Areco, o foco de interesse de Brasília se deslocou para os focos de tensão interna do país vizinho. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) registrava, na virada dos anos 60 para 70, significativa informação sobre organizações

⁸ Nascimento foi seqüestrado em Montevidéu e levado à fronteira Rio Branco-Jaguarão, onde foi oficialmente “solto” e imediatamente detido no lado brasileiro. TAVARES, op. cit., p. 112.

⁹ GUTIÉRREZ, Cláudio A. Weyne. **A guerrilha Brancaleone**. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999, p. 93.

¹⁰ Gutiérrez e Paes denunciaram em uma nota de cem pesos, que chegou à imprensa, sua condição, o que tornou pública sua prisão ilegal. Temendo ser deportado, o que poderia significar a morte, Gutiérrez cortou seu braço esquerdo; foi, então, internado no *Sindicato Médico del Uruguay*, onde conseguiu contatar seu advogado. Seu caso repercutiu na imprensa de esquerda do país, abortando sua devolução ao Brasil.

políticas, sociais e armadas da esquerda uruguaia. Tal fato evidencia três aspectos que devem ser destacados: 1) a constatação da existência de crucial intercâmbio de informação e, em última instância, de colaboração explícita entre os dois governos; 2) o fato dessa documentação ter sido disseminada por todo o Rio Grande do Sul, o que demonstra a responsabilidade conferida aos organismos de segurança estadual pela sua condição de barreira ou primeira trincheira de contenção de qualquer incursão da “subversão” vizinha; 3) o mais importante, a ditadura brasileira passava a preocupar-se com a subversão uruguaia.

Este último aspecto resulta fundamental, pois atesta o grau de complexidade e de articulação entre os regimes autoritários da região. A DSN e a percepção de fronteiras ideológicas conferiam ao Brasil a legitimidade para considerar que o “inimigo interno” de um governo amigo e vizinho, também era, por tabela, seu inimigo (até porque, poderia vir a contaminar suas fronteiras).

“AMIGO EXTERNO” VERSUS “INIMIGO INTERNO”:

A OPERAÇÃO 30 HORAS EM MARCHA

A preocupação brasileira com o Uruguai chegou ao seu clímax nos anos 1970-1971. Dois fatos aguçaram a estabilidade regional. O primeiro refere-se ao seqüestro do cônsul brasileiro, Aloísio Dias Gomide, pela organização guerrilheira Tupamaros. Tal fato abalou as relações Brasil-Uruguai. Pacheco Areco negou-se a aceitar as condições de libertação (troca por presos políticos). O Brasil, embora pressionasse pela negociação da libertação do seu funcionário, prestou apoio incondicional ao governo uruguaio, inclusive transmitindo sua experiência anti-subversiva, fato evidenciado pelos familiares de presos políticos ao denunciarem a presença de torturadores brasileiros em “interrogatórios” no Uruguai. Considerado representante de um governo que apoiava a espiral repressiva estatal que atingia a sociedade uruguaia (sob um regime formalmente ainda democrático), Gomide esteve seqüestrado durante vários meses. Durante esse período, unidades brasileiras especializadas no combate à “subversão” estiveram no Uruguai, inclusive integrantes do Esquadrão da Morte.¹¹

¹¹ O seqüestro de Dias Gomide, em julho de 1970 foi relacionado com o auxílio repressivo que o governo uruguaio recebia da ditadura brasileira. A libertação de Dias Gomide, vinculado à organização de extrema

O segundo fato foi a preparação da “Operação Trinta Horas”. A ditadura brasileira mostrava-se muito preocupada com o que entendia ser uma significativa mudança na relação de forças no Cone Sul latino-americano. Em meados de 1971, os governos de Allende (Chile), Torres (Bolívia) e Alvarado (Peru), segundo a perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, eram considerados inamistosos. A sensação de um cerco “subversivo” em expansão pelo sul do continente, por parte dos setores anticomunistas do Brasil, da Argentina, do Uruguai e dos EUA não pode ser desconsiderada. Nesse sentido, a política brasileira se tornou ativa, vigilante e desestabilizadora daqueles regimes perigosos aos seus interesses. O monitoramento de um hipotético deslocamento uruguaio em direção daqueles governos de centro-esquerda se tornou vital. O temor era gerado por duas fontes distintas, apesar do esforço por apresentá-las como sinônimos. De um lado, a atuação guerrilheira; do outro, a configuração da Frente Ampla. De qualquer forma, ambas as fontes, em caso de projeção vitoriosa, exigiam do Brasil, (assim o entendia Brasília), uma ação rápida, contundente e saneadora.

Em janeiro de 1971, o editorial de *O Estado de São Paulo* denunciava a instabilidade do Uruguai e apregoava com contundência:

“O que ocorre no Uruguai está longe se der um assunto interno desse pequeno país encravado entre duas grandes potências da América Latina, Brasil e Argentina. Dentro dos quadros continentais e hemisféricos, o que ali ocorre afeta a segurança nacional dos seus vizinhos. [Note-se aqui o discurso da geopolítica e da Doutrina de Segurança Nacional] É natural, pois, que os governos responsáveis e as opiniões públicas dos países latino-americanos mais diretamente interessados acompanhem com crescente preocupação a crise uruguaia, que hoje está praticamente institucionalizada. (...) (...) não estamos em condições de dormir tranquilos, pois apesar das boas relações entre os governos argentino, paraguaio, uruguaio e brasileiro, a verdade é que os acontecimentos do Uruguai ameaçam colocar-nos, de um momento a outro, diante de uma situação perfeitamente idêntica a aquela que em 1851 forçou o Brasil a transpor as fronteiras do sul para que o Uruguai não fosse absorvido pela Argentina de Rosas.”

direita Tradição, Família e Propriedade, foi condicionada à libertação de presos tupamaros, fato considerado inaceitável pela administração Pacheco Areco. O governo Médici decidiu, então, concentrar unidades militares na fronteira enquanto aguardava o desfecho. Algumas versões indicam que houve pagamento de resgate pelo cônsul, quem acabou libertado em fevereiro de 1971.

O problema hoje, no Uruguai, como também em tantos outros países da América Latina, embora em graus variados, é o desafio representado pela subversão do comunismo internacional. [...] Hoje há dois grupos totalitários que tentam conquistar o poder: os tupamaros anarquizantes de inspiração castrista, que empregam métodos terroristas, e o da Unidade Popular, que pretende repetir o êxito da sua homônima chilena.

[...] A progressiva comunização da Bolívia e as crescentes inseguranças do Uruguai são novas ameaças diante das quais a diplomacia brasileira terá que se mobilizar”.¹² ()

O trecho sublinhado por Paulo Schilling é a chave das intenções e ameaças concretas de invasão contra o Uruguai. Desde 1970, estrategistas localizados na fronteira vinham avaliando as condições de manobra para o caso de intervenção. Eles concluíram que trinta horas seriam suficientes para esmagar qualquer resistência uruguaia. Segundo Paulo Schilling,¹³ o plano em marcha avaliava que:

- a) As forças armadas uruguaias careciam de armas e homens para neutralizar e derrotar uma ofensiva militar brasileira. A cidadania oriental, embora politizada em grau extremo, não estava preparada emocionalmente e nem tecnicamente para oferecer uma resistência massiva.
- b) A ação guerrilheira podia isoladamente provocar alguns transtornos, mas não estava em condições de ensaiar nenhuma resposta de abrangência contra um exército em pé de guerra, como o brasileiro.
- c) As opções políticas do futuro uruguaio eram duas: em caso de acontecerem as eleições, podia triunfar a Frente Ampla, ou um partido tradicional, o que intensificaria a ação da guerrilha. Qualquer uma dessas duas alternativas era considerada perigosa e bastava, na opinião das autoridades brasileiras, para justificar a invasão.
- d) Vistas as urgentes necessidades de expansão do Brasil e considerando que a ocupação do Uruguai poderia satisfazer essas necessidades e também ajudar economicamente o país oriental, resultaria possível consolidar a paz social interna na medida em que se incrementassem as fontes de trabalho sob controle brasileiro.

¹² *Estado de São Paulo*. Apud SCHILLING, op. cit. p. 13.

¹³ *Idem*.

- e) Lateralmente, como ponto a favor, o plano destacava um generalizado sentimento antiargentino ou antiportenho do uruguaio médio o que, psicologicamente, beneficiaria a estratégia a curto e longo prazo do Itamarati. (Idem)

A invasão e ocupação do país teriam que ser fulminantes para evitar reações contrárias da OEA ou da ONU. O semanário *Marcha* de 30 de junho, publicava um editorial intitulado *La sombra de la Cisplatina*, destacando as declarações do chanceler brasileiro Gibson Barboza: “*A medida que nossos caminhos [do Brasil] vão chegando a todas as fronteiras, iniciamos um processo mais íntimo de convivência com os países vizinhos.*” O semanário indagava: o que seria essa convivência mais íntima com os países vizinhos? Pois o Brasil, ditadura de Segurança Nacional, desempenhava um papel estratégico na região. Aquela afirmação reforçava o medo da sua expansão territorial ou de interferência nas questões internas dos outros países. *Marcha* relacionava a idéia de “caminhos que vão chegando à fronteira” com um documento do Departamento de Estradas do Brasil que informava ao então Ministro de Obras Públicas, Mário Andreazza, a construção de seis estradas sobre a fronteira com o Uruguai. A agência de notícias responsável por essa informação afirmava que a chancelaria brasileira, receando a deterioração política uruguaia, buscava consolidar uma frente continental antiguerilha para conter a irradiação do fenômeno tupamaro ou da “esquerdização” do país diante de um eventual trunfo da Frente Ampla.¹⁴

Nessa perspectiva se pronunciava também o Diretor do Departamento de Integração Regional da Eletrobrás, general Amir Borges Fortes: “*A Bacia do Prata é a grande arena onde estão em jogo os interesses nacionais*” e “*o Uruguai e a Bolívia são os países que mais preocupam [pela ameaça "comunista"] (...)*”.¹⁵ Na conjuntura continental, o general Torres foi derrubado da presidência boliviana por um golpe de Estado (agosto 71) apoiado pelo regime brasileiro. *O Globo* dizia em um editorial de setembro: “*No pôquer da subversão latino-americana, a Bolívia acaba de liberar-se do castro-comunismo. O*

¹⁴ “La sombra de la Cisplatina”. *Marcha*. Montevideo, 30 de julio de 1971. p. 7.

¹⁵ “Brasil quer dispor dos rios que nascem no seu território e depois correm pelo nosso, com inteira liberdade”. *Marcha*. Apud SCHILLING, op. cit.

Uruguai, enquanto isso, parece disposto a candidatar-se para ocupar seu lugar".¹⁶ Evidentemente, essas afirmações tensionaram, ainda mais, o cenário pré-eleitoral uruguaio.

O Departamento de Estado dos EUA, num memorando secreto nas vésperas das eleições anunciava a derrota da Frente Ampla na eleição presidencial, mas temia a possibilidade de vitória em Montevidéu. Por isso, sugeria aos governos do Brasil e da Argentina que avaliassem a possibilidade de uma intervenção conjunta no Uruguai para garantir a permanência dos setores conservadores no poder. A mensagem era bem direta. O equilíbrio da região não podia ser rompido pela radicalização da esquerda uruguaia nem por uma ação unilateral da Argentina ou do Brasil. O entendimento entre ambos devia nortear as ações na geopolítica platina.

Mas a Frente Ampla acabou derrotada na eleição que confirmou o continuísmo do Partido Colorado com Juan Maria Bordaberry. O cenário que se seguiu mostrou o incremento qualitativo da repressão estatal e, em pouco tempo, a derrota militar tupamara. Pouco tempo depois, em junho de 1973, as Forças Armadas e Bordaberry fecharam o cerco sobre a enfraquecida democracia através de um golpe de Estado que impôs uma ditadura civil-militar que duraria até 1985. Com isso, a Operação Trinta Horas tornou-se desnecessária sendo desativada, negada e esquecida.

Em 1985, porém, o coronel brasileiro Dickson Grael recolocou o tema.¹⁷ Grael afirmou que, no fim de 1971, a invasão do Uruguai foi efetivamente planejada. Segundo ele, a possibilidade de vitória da Frente Ampla preocupava a ditadura brasileira por dois motivos: 1) Um governo de esquerda na fronteira sul do Brasil poderia afetar sua "segurança nacional". 2) A participação de exilados brasileiros na campanha da Frente Ampla, sobretudo na região de fronteira, poderia estimular ações mais ousadas (a volta ao Brasil infiltrando-se pelo Rio Grande do Sul ou a intensificação de campanhas de denúncias no exterior). Isso poderia ocorrer no momento em que o "milagre brasileiro" decolava e a ditadura capitalizava simpatias de certos setores médios da população.

Grael não só estudou a participação da sua unidade no plano, como testemunhou a passagem pela região do Adido Militar dos EUA, general Arthur Moura, quem visitou as guarnições e, descendo o rio Uruguai, fotografou atividades da Frente Ampla em uma ação

¹⁶ *O Globo*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1971.

¹⁷ GRAEL, Dickson. **Aventura, corrupção e terrorismo. À sombra da impunidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

concreta de monitoramento do governo dos EUA tanto em relação à situação do Uruguai quanto aos preparativos militares brasileiros decorrentes.

Os círculos militares uruguaios tinham informação sobre a operação. Num depoimento prestado poucos anos antes da sua morte, o general Seregni afirmou que no inverno de 1971 sabia-se da grande concentração de tropas próximas à fronteira. Por outro lado, Mauricio Rosencof, um dos chefes históricos tupamaros, lembra que Fidel Castro havia advertido à organização guerrilheira: “Vocês podem vencer, mas no outro dia terão os brasileiros metidos ali”.¹⁸

Novos depoimentos confirmaram as informações de Graef e enfraqueceram o silêncio oficial brasileiro. Em 1986, por exemplo, o tenente Marco Pollo Giordani, desde a sua obra revisionista, *Brasil sempre*, reconhecia o plano de intervenção (embora o identificando como Operação Charrua).¹⁹ Segundo ele, a intervenção só não ocorreu porque “os uruguaios resolveram o problema através das urnas”. Giordani afirma, com satisfação, que o Brasil se havia mostrado disposto a tomar a iniciativa e a abandonar uma postura de “inércia continental” diante da ameaça subversiva sobre suas fronteiras.²⁰

Em 1998 foi a vez do brigadeiro Sérgio Luiz Burger confirmar ter havido “realmente um plano de intervenção do Brasil no Uruguai, aprovado no governo do general Médici no início dos anos 70” quando, após a eleição de Bordaberry, os tupamaros ameaçaram impedir sua posse.²¹ O mais significativo do seu depoimento é a afirmação de que, caso os tupamaros tivessem conquistado o poder pelas armas, o Brasil interviria cumprindo uma decisão da ONU.²² O dado surpreendente, no comentário de Burger é o de que o Brasil agiria em nome da OEA. Se tal informação for verdadeira, esta organização teria repetido a legitimação das intervenções militares na Guatemala (contra Arbenz) e na República Dominicana (contra Bosch). Finalmente, retomando as informações sobre a Operação Trinta Horas, há poucos anos, o jornalista Elio Gáspari confirmou ter encontrado documentos que confirmavam a mobilização da 2ª Brigada de Cavalaria Motorizada.

¹⁸ BUTAZZONI, Fernando. **Seregni-Rosencof. Mano a mano**. Montevideo: Aguilar, 2002. p. 146.

¹⁹ GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil sempre**. Porto Alegre: Tchê, 1986. p. 246.

²⁰ Idem.

²¹ Depoimento de Sérgio L. Burger. In: CONTREIRAS, Hélio. **Militares confissões. História secreta do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 59.

²² Idem.

Em 2002, os EUA desclassificaram documentos relacionados com o processo eleitoral uruguaio.²³ Neles constata-se que os EUA temiam que o Uruguai virasse um outro Chile de Allende. Confirmam, também, a sintonia entre Argentina e Brasil (e destes países com os EUA) para desencadear ações que impedissem a vitória da Frente Ampla. Nesse sentido, a troca de informação era intensa. Por exemplo, em 27/08/71, desde Buenos Aires, a Embaixada dos EUA informava ao Departamento de Estado que militares argentinos, temendo o resultado eleitoral uruguaio e preocupados com a ineficiência do governo Pacheco Areco no combate à subversão, vinham fornecendo assistência na luta anti-subversiva, inclusive enviando “especialistas em interrogatório” após a prisão do líder tupamaro Raul Sendic.

A documentação desclassificada permitiu apontar, igualmente, a intensificação de contatos de inteligência entre Brasil e Argentina e a decisão de monitorar conjuntamente o Uruguai. A Embaixada dos EUA em Buenos Aires informava que a Argentina, por razões de política interna, não se envolveria em uma intervenção direta, mas que apoiaria um golpe de Estado de Pacheco Areco caso a Frente Ampla vencesse as eleições. Tais documentos confirmaram, ainda, a conexão colaboracionista das ditaduras vizinhas com o governo Pacheco Areco, fato corroborado pelo ex-Embaixador Pio Corrêa (durante a sua gestão foram entregues armamentos e explosivos à extrema-direita uruguaia) e pelo Adido da Aeronáutica na Embaixada brasileira, coronel Leuzinger, quem sugeriu aos superiores o apoio às organizações anticomunistas e aos setores encobertos da Polícia e das Forças Armadas uruguaias.²⁴

Finalmente, quanto aos EUA, o general Seregni lembra que interferiram persistentemente nas questões internas do país. A estrutura encoberta que funcionava no Ministério do Interior (grupos paramilitares e Esquadrão da Morte) fora criada por eles e intermediada pelo Brasil.²⁵ Tal interferência (conspiração aberta) ocorreu através das tradicionais ações encobertas da CIA e do próprio governo dos EUA, com sua rede de embaixadas, Secretaria de Estado e Conselho de Segurança Nacional.

Recentemente, uma nova peça foi incorporada a este quebra-cabeça com a informação trazida a público em janeiro de 2007, pelo general Ruy de Paula Couto, ex-

²³ THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE (EUA). Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB71> Acesso em julho de 2007.

²⁴ GRAEL, op. cit., p. 19. GÁSPARI, op. cit., p. 349.

²⁵ BUTAZZONI, op. cit., p. 210.

adido militar junto à embaixada brasileira em Montevidéu (1967-1969), ao reconhecer a existência da Operação Trinta Horas, mas acrescentando que essa intervenção havia sido solicitada pelo próprio Pacheco Areco quem pretendia, com o apoio do Brasil, esmagar a oposição interna e dar um autogolpe.²⁶ Tal afirmação, vinda de um protagonista daqueles eventos, parece corroborar os documentos desclassificados dos EUA, nos quais essa informação já era admitida.

CONCLUSÃO

Em síntese, há claros indícios de que ocorreu o planejamento de uma operação militar brasileira para intervir no Uruguai, conhecida pelos EUA e pela Argentina, e que só não ocorreu porque o resultado eleitoral foi desfavorável à Frente Ampla. Portanto, as denúncias feitas na época, por parte da imprensa uruguaia, tinham fundamento. Por outro lado, apesar de que a exploração do fantasma da luta armada e da eficiência e espetacularidade das ações tupamaras foi permanentemente usada pelos militares uruguaiois, o maior temor das ditaduras vizinhas e dos EUA acabou sendo o crescimento político-eleitoral da Frente Ampla.

Quanto ao papel desempenhado pelos EUA, pode-se afirmar que a potência conhecia o plano e o encorajou. O monitoramento testemunhado por Graef e a documentação desclassificada daquele país são bastante eloquentes a esse respeito. O único receio da administração Nixon residia na possibilidade de divergências entre Brasil e Argentina sobre como resolver o impasse, daí o apelo insistente para evitar ações unilaterais que pudessem desestabilizar o equilíbrio existente na região. Isto permite supor, considerando as boas relações entre os governos Nixon e Médici, que a ocupação do Uruguai, se tivesse ocorrido, teria sido transitória e fortaleceria os aliados locais confiáveis (possivelmente o próprio Pacheco Areco), aos quais devolveria o governo embora, é plausível pensar, mantendo grande capacidade de influência interna. Esta hipótese ganha mais consistência a partir do citado depoimento do general Ruy de Paula Couto.

O Rio Grande do Sul virou área de extrema importância, dentro desse contexto, pois teve que desempenhar funções estratégicas centrais. Às tradicionais atribuições de proteção

²⁶ “Brasil planificó la invasión a Uruguay en 1971 a pedido del presidente Jorge Pacheco Areco”. *La República*. Montevideo, 15 de enero de 2007.

do território, diante de vizinhos historicamente vistos com desconfiança, as autoridades militares e políticas tiveram que assumir o cuidado com uma população interna marcada pelo trabalhismo, um dos inimigos prioritários, segundo os parâmetros do regime instalado em 1964. Como se não bastasse, teve que zelar sobre o cenário fronteiriço diante de duas ameaças preocupantes: a primeira, a presença, sobre sua fronteira externa, de importante concentração de dissidentes; a segunda, o crescimento da “subversão” no Uruguai, potencial fator de contaminação sobre certos setores pouco confiáveis da população rio-grandense.

Ou seja, coube, por um lado, ao Rio Grande do Sul, a obrigação de preocupar-se com o “inimigo interno” exilado no Uruguai e que mantinha contato com a oposição interna no Brasil e, especialmente, no próprio Estado. E, por outro lado, teve que se preocupar, também, com o surgimento e o crescimento da “subversão” no Uruguai, quer dizer, o “inimigo interno” do governo uruguaio; em tese, isto devia ser um problema dos setores anticomunistas do país vizinho, mas a centralidade do conceito de fronteiras ideológicas defendida pela Doutrina de Segurança Nacional justificava uma atitude vigilante e até interventora (sempre justificada como defensiva), nas questões internas do Uruguai.

Considerando o grau de afinidade ideológica e política da ditadura brasileira com as administrações autoritárias de Pacheco Areco e Bordaberry assim como com a ditadura posterior, fica claro que o estado fronteiriço era uma sólida base de atuação para enfrentar o “inimigo interno exilado” e o “inimigo interno” do governo *amigo* uruguaio. Na lógica maniqueísta das fronteiras ideológicas, o inimigo do *meu* amigo, automaticamente é *meu* inimigo - e a recíproca também é verdadeira - e como tal deve ser encarado. O que explica a preparação de uma intervenção militar para recolocar os aliados no poder (caso necessário) ou a colaboração repressiva na conexão binacional ou no marco da Operação Condor.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPITANI, Avelino B. **A Rebelião dos Marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CAVIGLIA CÀMPORA, Buenaventura. **Psicopolítica. Verdadera dimensión de la guerra subversiva.** Montevideo: Ediciones Azules, 1974.

CORLAZZOLI, Pablo. **Los Regímenes Militares en América Latina.** Montevideo: Nuevo Mundo, 1987.

FERNÁNDEZ, Wilson. **El gran culpable. La responsabilidad de los EE.UU. en el Proceso militar uruguayo.** Montevideo: Atenea, 1986.

JUNTA DE COMANDANTES EM JEFE. **Las Fuerzas Armadas al pueblo oriental. T. I. La subversión.** Montevideo: 1976.

_____ T. II. **El proceso político.** Montevideo: 1978.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. **Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992).** São Paulo: Ensaio, 1995.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 Horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? *Ciências e Letras*. Porto Alegre, n° 37, p. 227-249, jan./jun. 2005.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.

VILLALOBOS, Marco Antônio V. **Ditadura e resistência democrática. República Oriental del Uruguay: 1968-1985.** Tese de Doutorado. PPG-História/PUCRS. Porto Alegre, 2003.